

# Aureliano entra na luta por 5 anos para Sarney

BRASÍLIA — Um dia antes de o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães (SP), defender publicamente um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, eventual candidato do PFL à sucessão, já trabalhava a mesma proposta, utilizando-se de argumentos idênticos aos de Ulysses. Ele considera uma discriminação reduzir a quatro anos o mandato de Sarney, quando seu sucessor, de acordo com o artigo 93 do título IV, já aprovado pela Comissão de Sistematização, governará durante cinco anos.



Aureliano considera quatro anos uma discriminação

Assim, Aureliano e Ulysses endossam declarações do Presidente Sarney, quem insistiu em que os cinco anos de mandato são parte do acordo que costurou a Aliança Democrática para eleger o Presidente Tancredo Neves.

No noite de quarta-feira, o Ministro recebeu em seu gabinete os quatro Deputados do PFL mineiro que fazem parte da Sistematização. Foram em busca de orientação quanto ao mandato. Aureliano afirmou não querer influir na Constituinte, para, em seguida, defender os cinco anos. Dos quatro — Mário Assad, Cristóvam Chiaradia, José Santana e Oscar Correa — apenas o último se confessava, antes do encontro, favorável à redução do mandato. Ao sair, reconheceu-se indeciso.

A consulta a Aureliano foi interpretada na bancada do partido como uma forma de engrossar previamente o bloco dos que defendem os cinco anos para Sarney. Como Ministro, Aureliano, por uma questão de ética ou mesmo de educação, não poderia negar o apoio que o Presidente deseja. O Deputado Humberto Souto, aureliano manifestou, comentou:

— Quem apoiasse um mandato de quatro anos jamais iria a Aureliano pedir opinião. Ele não poderia dar outra resposta que não fosse os cinco anos. As disposições permanentes já estabelecem um mandato de cinco anos para o seu sucessor. Defender quatro anos para Sarney seria uma discriminação que ele condena.

Aureliano vinha trabalhando pelo mandato de cinco anos desde a votação do artigo 93, mas a oficialização de sua posição causou maior descontentamento ao setor rebelde do PFL.

O ex-Ministro da Educação, Jorge Bornhausen (SC), considera que o equilíbrio entre as duas posições — quatro e cinco anos — pode se desfazer em favor das pretensões do Presidente Sarney. Neste caso acredita que o parlamentarismo já será a tese dominante na votação de plenário:

— O PMDB não vai deixar escapar esta chance de assumir o poder. O doutor Ulysses, um político competente, vai trabalhar pelo parlamentarismo já. Ele sabe que esta é a possibilidade mais concreta de chefiar o Executivo.

Neste caso, observa, com o endosso do Senador Guilherme Palmeira (AL), não restará outra saída para o PFL que deixar o Governo pela porta dos fundos.

— Em composição com as várias facções do PMDB, eles vão ocupar os Ministérios que hoje estão com o PFL.

Para os parlamentares que lideraram a frustrada rebelião do PFL, Aureliano, mais uma vez, está deixando passar a chance de se eleger Presidente, ou de, ao menos, liderar um grande partido. Pela estratégia que haviam traçado, Aureliano deixaria o Ministério abrindo a corrida eleitoral antes mesmo das definições da Comissão de Sistematização. Com isto colocaria novamente as diretas na rua, pressionando a Constituinte em favor do presidencialismo.

Nesse quadro acreditavam que, com as dificuldades do PMDB para escolher um candidato, Aureliano teria possibilidades de disputar o segundo turno com o líder do PDT, Leonel Brizola, quando juntaria em torno de si uma aliança com a participação do próprio PMDB. Caso sua candidatura não alcançasse voto, provocaria no mínimo um fortalecimento do PFL que, com um candidato à Presidência da República, poderia eleger um grande número de prefeitos em novembro de 1988.

## Planalto reforça 5 anos, via Ulysses

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto lançou mão ontem de uma entrevista dada à tarde, no Congresso, pelo Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, em que ele defende o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney e o sistema presidencialista de Governo. Trecho da entrevista foi destacado pelo Planalto, a título de reforçar o endurecimento do Presidente Sarney quanto ao mandato de cinco anos. A Secretaria de Imprensa distribuiu cópias da entrevista, na qual Ulysses considerava discriminação um mandato menor do que cinco anos para Sarney.

Segundo o Palácio do Planalto, Ulysses disse que "se a Assembleia Nacional Constituinte inserir em seu corpo permanente um mandato de cinco anos, não vejo como discriminar o atual Presidente José Sarney".

— Aliás — prossegue a entrevista — já na Comissão de Sistematização, votamos no sentido de não haver discriminação. Discriminação contra quem quer que seja ou de qualquer forma — completou Ulysses Guimarães.

O empenho do Presidente Sarney em fazer prevalecer na Comissão de Sistematização o mandato de cinco anos não se esgotou, ontem, na distribuição das declarações favoráveis de Ulysses Guimarães. O Presidente manteve durante todo o dia a sua atenção voltada para as negociações que os Ministros Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Costa Couto, do Gabinete Civil, estabeleceram com os integrantes da Comissão de Sistematização.

Além disso, Sarney pessoalmente comandou boa parte do processo, com a ajuda de sua filha Roseane. O

Presidente está dando prioridade a conversas com aqueles constituintes já identificados como eleitores dos quatro anos de mandato.

Um deles é o ex-Secretário da Receita Federal e ex-Ministro da Fazenda, Deputado Francisco Dornelles, do PFL. Com ele, Sarney pretende marcar um encontro hoje, de acordo com informações de fontes do Palácio do Planalto.

Ontem, o Presidente recebeu parlamentares afinados com a sua posição, como os peemedebistas Jorge Leite (RJ) e Roberto Cardoso Alves (SP), aos quais renovou a sua disposição de lutar pelo mandato que julga de direito: cinco anos.

Segundo os dois constituintes, o Presidente demonstrou tranquilidade e confiança na vitória ainda na Comissão de Sistematização, mas que não descuidará, apesar disso, das negociações que manterá até a última hora.

O Palácio do Planalto viveu ontem seu primeiro dia sem Porta-Voz: o jornalista Frota Netto não deu o habitual briefing e, embora comparecesse ao Palácio, não ficou no gabinete.

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, indicado para atender a imprensa enquanto não houver nomeação do substituto de Frota Netto, também não fez qualquer comentário. Costa Couto não conseguiu sequer despachar com Sarney.

Ao entrar no gabinete presidencial, com volumes de papéis para exame do Presidente, ouviu o seguinte comentário:

— Administração, hoje, não — disse Sarney. — Só amanhã cedo — completou, segundo um assessor do Ministro.

## Ibsen acha que a decisão está com 21

PORTO ALEGRE — O Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS), previu ontem que, se a Constituinte aprovar os quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney, o País perderá a oportunidade de implantar o parlamentarismo. Ele disse que o resultado da votação sobre o tema na Comissão de Sistematização, no próximo domingo, dependerá da posição que adotarem 21 parlamentares que aguardam saber de que forma o sistema será implantado para se definir sobre a duração do mandato.

Segundo Ibsen Pinheiro, que ontem foi recebido no Aeroporto Salgado Filho pelo Governador Pedro Simon e vários Secretários — é sua primeira visita ao Estado após assumir a Liderança —, existe um núcleo básico de 38 votos na Sistematização a favor dos cinco anos e outro de 34 votos a favor dos quatro anos. Daí sua conclusão de que a forma de implantação do novo sistema de governo será decisiva para a definição do mandato de Sarney.

Para ele, as duas hipóteses prováveis são a aprovação dos cinco anos de mandato com a implantação imediata do parlamentarismo ou a aprovação dos quatro anos com presidencialismo. E acrescentou:

— No dia em que aprovarem os quatro anos, em seguida a campanha presidencial estará nas ruas.

Ibsen Pinheiro, que esteve quarta-feira com o Presidente José Sarney, não acredita que tenham partido dele as ameaças aos constituintes que optarem pelos quatro anos. Preferiu atribuí-las ao "Porta-Voz demitido", jornalista Frota Netto, e considerá-las "inadequadas e incompetentes".

## Quércia viaja a Brasília para falar com Sarney e defender os 5 anos

SÃO PAULO — Na defesa de sua tese, de que o ideal para o País é a manutenção do presidencialismo e o mandato de cinco anos para Sarney, o



Quercia: contatos para defender o presidencialismo

Governador de São Paulo, Orestes Quercia, viaja hoje a Brasília, onde pretende manter contatos políticos, inclusive com o Presidente. Quercia poderá prolongar sua estada se sentir que há dificuldades na Comissão de Sistematização para votar, domingo, a favor dos cinco anos.

Entendo ser do interesse do País a aprovação de um mandato de cinco anos, como entendo também que o ideal para o Brasil é a continuidade do presidencialismo e não a introdução do parlamentarismo — disse Quercia, negando que vá cabalar votos junto aos constituintes.

O Governador de São Paulo, que evita comentar o crescimento de seu nome como presidencialista do PMDB, defende eleições para a Presidência somente em 1989. Argumenta que, no ano que vem, o País terá de se preparar para o período pós-Constituinte e, ainda, que os Es-

tados estarão envolvidos na elaboração de suas próprias Constituições e de leis complementares. A isso tudo acrescenta a realização das eleições municipais programadas para novembro de 1988.

Embora garanta firme disposição de lutar pelo seu ponto-de-vista, Quercia ressalva que acatará e prestigiará a decisão final da Constituinte, seja ela qual for.

— Vamos reclamar, protestar e conversar o quanto pudermos, mas é certo que seguiremos o que for decidido — disse Quercia, informando que ainda hoje se encontrará com o Presidente Sarney.

O Governador insistiu em dizer que não tem nenhuma informação de que o Presidente esteja revendo sua posição contrária ao mandato de quatro anos. Também negou que Sarney pretenda romper com quem não lhe assegurar os cinco anos de Governo.

— Acho que o Presidente não tem essa postura, porque isso não é construtivo. Deve ter havido equívoco de informação — disse, referindo-se às declarações feitas pelo Porta-Voz do Planalto, Frota Netto. — Tenho certeza que quem se posicionar pelos quatro anos não sofrerá restrições por parte do Presidente — acrescentou Quercia.

Segundo ele, a hipótese de rompimento do Presidente José Sarney com os que votarem pelos quatro anos não passa de "uma questão de análise subjetiva das pessoas ou dos parlamentares que querem votar quatro anos".

O fato é que, mesmo que o Governador não estenda sua permanência em Brasília, já acertou um esquema para que o Vice-Governador, Almino Afonso, também articule nas próximas horas a aprovação dos cinco anos. Almino Afonso, na verdade, já alimenta a hipótese de substituir Quercia o mais breve possível, caso vença a proposta de quatro anos para Sarney. Com o início da campanha presidencial, Orestes Quercia se afastaria do cargo e o Vice-Governador, automaticamente, completaria o mandato.

## Passarinho: Crítica a Albano encobre uma luta pela CNI

BRASÍLIA — O Líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), considerou ontem exageradas as críticas recebidas pelo Senador Albano Franco (PFL-SE), Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), por ter votado inadvertidamente a favor da nacionalização da distribuição dos combustíveis. Segundo Passarinho, a "excessiva exploração do episódio encobre uma luta pela Direção da CNI".

O Senador do Pará afirmou que Albano Franco não merece as críticas que recebeu. Para ele, o Presidente da CNI sempre foi partidário da livre empresa e nunca deixou de demonstrar o seu comprometimento com o grupo ao qual pertence.

— Ele não pode ser julgado apenas por um voto inadvertido — declarou o Líder do PDS.

Em sessão no Senado Federal, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), em nome da sua bancada, afirmou que as críticas ao seu colega Albano Franco serviam de exemplo para demonstrar o quanto a imagem do homem público é fraca, bastando um simples descuido para que seja completamente destruída.

Em aparte, o Líder do PMDB, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), defendeu o Presidente da CNI. Disse que Albano Franco "é um homem que sempre assumiu compromissos pensando no Brasil como um todo".

Durante a sessão de ontem da Comissão de Sistematização da Consti-

## Os desatentos

**TAL FOI a repercussão de seu equívoco — votou a favor da nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, pensando que votava contra — que o Senador Albano Franco sentiu a necessidade de se defender em nota paga nos jornais.**

**ELE AFIRMA que seu erro na da teve de inédito: fala em "tantos outros colegas" que já teriam se enganado.**

**SENDO assim, fazer do Senador alvo isolado de críticas e brincadeiras é sem dúvida injusto.**

**ELE MERECE apenas a sua parte na condenação coletiva a todos que cometeram enganos semelhantes.**

**A O GRUPO, um apelo da Nação preocupada: mais atenção no trabalho, por favor.**

tuante, o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) pediu desculpas a Albano pelas críticas que lhe fez quando afirmou que ele estava atrapalhando os acordos que estavam sendo concretizados nas votações da Comissão.

## Simon critica Presidente por 'atrapalhar o processo'

PORTO ALEGRE — O Governador Pedro Simon (PMDB) acusou ontem o Presidente José Sarney de atrapalhar o processo político ao intrrometer-se na discussão da duração do mandato e do sistema de governo: "Se o Presidente não tivesse dito uma palavra a respeito desses temas, sua situação hoje estaria muito melhor". Ele disse não acreditar que o Presidente tenha feito ameaças aos constituintes que votarem a favor dos quatro anos, porque não conhece "nenhum inimigo de Sarney".



Simon não acredita que Sarney tenha feito ameaças

Simon reafirmou seu apoio ao mandato de cinco anos e à adoção do parlamentarismo após o governo Sarney, mas disse que espera que todos os setores acatem a decisão que, soberanamente, tomar a Constituinte. "Taticamente, a declaração do Presidente, se foi feita, não soma nada. É infeliz".

Explicou ainda que na última reunião de governadores, domingo passado no Rio, foi ele quem lançou, em tom de brincadeira, a candidatura do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, à Presidência da República. Simon contestava, assim, outros governadores que cogitavam antecipar as diretas e lançar um candidato a Presidente, e disse que, entre os presentes, todos poderiam ser candidatos. Um destes alegou que ele também poderia ser lançado, mas Simon respondeu que o Rio Grande do Sul andava tão mal, depois de tantos presidentes gaúchos, que só mesmo

a candidatura de Leônidas poderia ser aceita.

— Não vejo nenhuma aspiração por uma candidatura militar. Embora o General Leônidas seja um homem de bem, depois de tantos Presidentes militares, seria normal que na primeira eleição direta os candidatos fossem civis — argumentou.

Simon reafirmou a soberania da Constituinte e criticou a defesa das diretas no próximo ano, como se isto fosse a "salvação da Pátria". Lembrou que, durante o Plano Cruzado, o Presidente Sarney gozava de 100 por cento de popularidade e um plebiscito sobre a duração de seu mandato certamente lhe daria seis anos.

— Se os quatro anos forem aprovados, eu acato e respeito. Mas eleições diretas não vão salvar o Brasil. Se a crise social e econômica não se alterar, seis meses depois estaremos na mesma situação, buscando um salvador da Pátria. E não conheço salvadores da Pátria — concluiu.

## Moreira diz que Frota Neto não interpretou bem

As declarações do Porta-Voz Frota Neto — segundo as quais o Presidente José Sarney punirá os parlamentares favoráveis ao mandato de quatro anos, excluindo da administração os servidores por eles indicados — foram tomadas pelo Governador Moreira Franco como uma espécie de "arroubo retórico". Em entrevista, Moreira disse não acreditar que "a veemência de Frota Neto traduza o pensamento do Governo".

— Sinceramente, não creio que exista esse vigor transmitido pelo Porta-Voz, na medida em que há toda a possibilidade de os constituintes, livremente, buscarem os caminhos de sua consciência para resolver esse problema — afirmou.

Moreira Franco admitiu a necessidade de o PMDB, a partir de agora, passar a discutir candidaturas para a sucessão do Presidente José Sarney. Na sua interpretação, "essa é uma imposição do próprio processo político brasileiro".

— O PMDB deve pensar de maneira mais profunda, mais refletida, mais detalhada em sua proposta para o futuro do País e, evidentemente, isso significa a discussão da sucessão presidencial. Não importa a época em que a sucessão se dê: o PMDB tem vários candidatos em condições de conduzir e lutar pelas transformações econômicas e pela consolidação de uma democracia que se sustente na liberdade e na justiça social. Em seguida, mencionou a candidatura do Governador de São Paulo, Orestes Quercia:

— Dentre esses candidatos ilustres certamente Quercia se coloca.

Simpático à alteração do Regimento Interno para permitir emendas ao texto da Comissão de Sistematização, Moreira está certo de que o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, acolherá a proposta nesse sentido, encaminhada pelos moderados.

## Arraes estranha: 'Sarney não é homem de ameaças'

RECIFE — O Governador Miguel Arraes reagiu com surpresa ao anúncio feito pelo Porta-Voz da Presidência da República, Frota Netto, de que o Presidente consideraria como inimigo do Governo todo constituinte que votasse pelos quatro anos de mandato. Estranhando a declaração, disse que preferia acreditar num exagero do jornalista.

— Eu não sei se o Porta-Voz expressou aquilo que o Presidente realmente pensa. As ameaças, se é que elas aconteceram, não me parecem coisa do Presidente Sarney que, pelo que todos nós sabemos, nunca foi um homem de fazer ameaças — afirmou o Governador, ao recordar que o próprio Presidente "já havia declarado o seu apoio às decisões adotadas pela Assembleia Nacional Constituinte".

Arraes afirmou que todas as deli-

berações da Constituinte devem ser acatadas. Segundo ele, o mais importante, no momento de crise que o País vive, é que o pensamento de cada um seja respeitado e que, sobretudo, haja respeito pelo que for expresso pela Constituinte.

Sobre o "Centrão", afirmou tratar-se de uma "fratura na Constituinte" e que isso não é conveniente para esta fase difícil. Em sua opinião, só uma tentativa no sentido de convergir ideias e chegar a um consenso deveria prevalecer como forma de se restabelecer o exercício da democracia no Brasil. O Governador descartou a possibilidade de que o Senador Antônio Farias (PMB-PE), que assinou o documento do "Centrão", esteja rompendo o compromisso com a Frente Popular de Pernambuco, que o elegeu.

Foto de Jorge Marinho



## Cônsul visita Roberto Marinho

O Diretor-Redator-Chefe do GLOBO, nosso companheiro Roberto Marinho, recebeu ontem a visita do Ministro Plenipotenciário Wahid Ibrahim Fawzy, Conselheiro Geral da República Árabe do Egito no Rio de Janeiro, com jurisdição também sobre os Estados de São Paulo, Paraná,

Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas e Espírito Santo. Fawzy (ao centro, na foto), que se fazia acompanhar do Adido de Imprensa do Consulado, Mohamed Antar, conversou com Roberto Marinho sobre assuntos de interesse do Brasil e do Egito.

## Empresários do Rio querem agir na Constituinte

Um grupo de 40 empresários fluminenses reuniu-se esta semana para criar uma nova forma de pressionar a Assembleia Constituinte a mudar medidas aprovadas pela Comissão de Sistematização, principalmente as relacionadas com a estabilidade no emprego. A informação foi dada ontem pelo Presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do município do Rio de Janeiro, César Moreira, ao explicar que essas ideias começaram a ser discutidas há três semanas por um grupo de dez empresários.

O objetivo, disse Moreira, é fazer um trabalho paralelo ao da União Brasileira dos Empresários (UBE), que vem atuando basicamente dentro da Constituinte. Ele explicou que a pretensão do grupo é crescer para cerca de quatro mil empresários fluminenses, que deverão fazer um trabalho de esclarecimento da opinião pública e dos constituintes para a aprovação de emendas que, segundo ele, evitem o desestímulo ao investimento e a contratação de pessoal.

César Moreira informou que pretende formar uma base de apoio junto aos constituintes do chamado "Centrão", que vêm defendendo na Constituinte as mesmas ideias dos empresários. Esclareceu que, ao contrário do que se está comentando, "os empresários não estão levantando recursos para comprar os constituintes, e sim para promover uma campanha nos meios de comunicação para mostrar à opinião pública que a intenção não é prejudicar o trabalhador, mas impedir que seja aprovada uma medida que vai apenas desestimular investimentos e a geração de novos empregos".

Uma prova disso, explicou César Moreira, é a proposta dos empresários de aumentar o valor da indenização paga aos trabalhadores demitidos sem motivo. Como argumento das suas ideias, ele disse que "se a instituição mais sagrada do País — o casamento — não é indissolúvel, como podem querer tornar indissolúvel a relação do empregador com o empregado?".

Ontem, durante a reunião da Miniplenário (Plenária da Indústria e do Comércio Fluminenses), na Associação Comercial do Rio de Janeiro, cerca de cem empresários passaram o dia discutindo a necessidade de se fazer uma mobilização para evitar que a estabilidade no emprego seja aprovada no plenário da Constituinte.

A reunião contou com a presença do Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, e do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, além de líderes empresariais de vários municípios fluminenses.

Os principais pontos que os empresários estão tentando convencer os constituintes a mudarem as decisões aprovadas pela Comissão de Sistematização são os seguintes:

- 1 — Garantir os direitos sociais, sem discriminar categorias de trabalhadores, para possibilitar que a lei ordinária caracterize esses direitos com as adaptações necessárias.
- 2 — Proteção ao contrato de trabalho, mediante indenização no caso de despedida imotivada; apoiar emenda que fixe o princípio da indenização.
- 3 — Jornada de trabalho: reverter as negociações e convenções coletivas as questões da duração da jornada de trabalho.
- 4 — Remuneração de horas extras: apoiar emenda que não defina na própria Constituição o percentual da remuneração, mas apenas estabeleça o princípio do pagamento a maior.